



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Registo | E_COM2XVI/2024/7 de 08/05/2024

Discussão e Votação | 14 de maio de 2024

Resultado | Aprovado por unanimidade

Favor | PSD, PS, CH, IL, BE, PCP e L

Ausência | CDS-PP



Bloco de Esquerda
Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor Presidente
da Comissão Parlamentar de Negócios
Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
Deputado Sérgio Sousa Pinto

S. Bento, 7 de maio de 2024

Assunto: Pedido de audição com urgência do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, sobre a situação humanitária e o genocídio em curso em Gaza, Palestina

O exército israelita invadiu hoje Rafah, no sul da Faixa de Gaza. A incursão ocorreu horas depois de haver esperança para a concretização de um cessar-fogo. Nos últimos meses, as forças armadas de Israel mataram mais de 34 mil civis, na sua maioria mulheres e crianças. Assassinarão também funcionários da Organização para as Nações Unidas (ONU), jornalistas, membros de organizações humanitárias e profissionais de saúde. O deslocamento forçado de populações, a fome, a sede, cortes de fornecimento de eletricidade, o bloqueio à ajuda humanitária, a destruição de hospitais, campos de refugiados têm sido alguns dos vários métodos violentos da agressão israelita contra o povo da Palestina.

O Tribunal Penal Internacional tem uma investigação aberta a crimes de guerra cometidos a 7 de outubro pelo Hamas e às forças armadas israelitas cometidos na ofensiva dos últimos meses.

Jorge Moreira da Silva, director executivo do Escritório da Organização para as Nações Unidas para Serviços de Projectos e subsecretário-geral das Nações Unidas, após visita a Gaza em janeiro de 2024, dava já conta de uma situação calamitosa e acusava Israel de

dificultar a entrada de ajuda humanitária. Moreira da Silva afirmou na altura que “nunca aconteceu um conflito em que ser funcionário das Nações Unidas não representa nada em termos de segurança. Tivemos 150 colegas nossos que morreram, mais de 140 infra-estruturas das Nações Unidas foram diretamente bombardeadas”.

Já a 27 de março, a relatora especial da ONU para a Situação dos Direitos Humanos no Território Palestino Ocupado, Francesca Albanesa, afirmava que "após quase seis meses de ataques israelitas implacáveis à Gaza ocupada, é meu dever solene relatar o pior que a humanidade é capaz de fazer e apresentar minhas conclusões". E acrescentava “há motivos razoáveis para acreditar que o limite que indica o cometimento do crime de genocídio foi atingido”.

Em reação ao presente ataque a Rafah, o alto representante da União Europeia (UE) para Assuntos Externos e Segurança, Josep Borrell, alertou que provocará uma crise humanitária ainda maior do que a que Gaza já sofre.

Com efeito, na sequência da incursão de hoje, a ONU divulgou que as autoridades israelitas negam acesso da organização à fronteira de Rafah, o ponto fundamental para a entrada de ajuda humanitária para Gaza.

O governo português deve tomar todas as iniciativas diplomáticas ao seu alcance para parar o genocídio do povo palestino. Deve assim no âmbito da Organização das Nações Unidas, da União Europeia, do Conselho da Europa e de todas as demais instituições internacionais onde participa não só fazer a denúncia dos crimes de guerra, mas também contribuir ativamente para alcançar a paz e findar imediatamente o massacre da população de Gaza. Deve ainda reconhecer o Estado da Palestina.

Assim, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda pede a audição com urgência do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel sobre a situação humanitária e o genocídio em curso em Gaza, Palestina, e as ações diplomáticas do Governo da República Portuguesa para o parar.

A Deputada do Bloco de Esquerda,
Isabel Pires